

Editorial

O ano de 2015 suscitou questões tanto jurídicas quanto políticas de importância fundamental, que têm sido discutidas pelos brasileiros nas grandes mídias e nas academias. Incitados às ruas, certa parcela de cidadãos clamou por intervenção militar. Concomitantemente, no Congresso, bancadas conservadoras, como a religiosa, a ruralista e "da bala" ganham cada vez mais poder e representatividade. Foram colocadas em discussão questões polêmicas como a redução da maioria penal, através da PEC n. 171/1993, e a expansão dos horizontes da terceirização da mão de obra no país, em razão da aprovação pela Câmara do PL n. 4330/2004.

Diante desses movimentos que ocuparam o Congresso, as ruas e parte esmagadora da mídia oficial, que representaram os anseios de parcelas distintas da sociedade brasileira – e que reivindicaram, senão a manutenção de status, um retrocesso político e jurídico -, resta a pergunta: qual será o destino dos direitos, já assegurados por lei ou iminentes, diante dessas novas exigências?

A Revista *Captura Críptica* propôs aos acadêmicos que refletissem, a partir de uma perspectiva crítica, sobre as novas problemáticas político-jurídicas que emergem desse contexto social e convidou a comunidade acadêmica a elaborar textos científicos a respeito da temática “Direitos e ascensão conservadora”, que integram o Dossiê desta publicação.

O tema em questão é de maior importância: após a dita época de primaveras e revoluções, surgem manifestações crescentes de uma barbárie que corta cabeças e ateia fogo às bruxas. Nesse contexto, faz-se necessário compreender o papel do Direito na sociedade brasileira. Necessidade que se impõe a fim de que possamos situar-nos historicamente frente às transformações sociais atuais e às que estão em estado de latência.

Espera-se, com esta publicação, que se possa contribuir, ainda que infimamente, para o despertar da crítica nos leitores e para aqueles que pesquisam na área do direito.